



Ministério Público



MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

PROCURADOR -GERAL DE JUSTIÇA
SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ

SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL
WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA

SUBPROCURADOR GERAL JUDICIAL
ANTIÓGENES MARQUES DE LIRA

CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
VICENTE FELIX CORREIA

OUIDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
AFRÂNIO ROBERTO PEREIRA DE QUEIROZ

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

ANTÔNIO ARECIPPO DE BARROS TEIXEIRA NETO

LUIZ BARBOSA CARNAÚBA

GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ

SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ

WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA

LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO

ANTIÓGENES MARQUES DE LIRA

DILMAR LOPES CAMERINO

DENNIS LIMA CALHEIROS

VICENTE FELIX CORREIA

JOSÉ ARTUR DE MELO

EDUARDO TAVARES MENDES

MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE

AFRÂNIO ROBERTO PEREIRA DE QUEIROZ

MARCOS BARROS MÉRO

VALTER JOSÉ DE OMENA ACIOLY

DENISE GUIMARÃES DE OLIVEIRA

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ - PRESIDENTE

VICENTE FELIX CORREIA

MARCOS BARROS MÉRO

WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA

DENISE GUIMARÃES DE OLIVEIRA

MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE

VALTER JOSÉ DE OMENA ACIOLY

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

SECRETÁRIO DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

HUMBERTO PIMENTEL COSTA

SECRETÁRIO DO CONSELHO SUPERIOR

LUIZ DE ALBUQUERQUE MEDEIROS FILHO

DIRETOR DO 1º CAO

LUIZ DE ALBUQUERQUE MEDEIROS FILHO

DIRETOR DO 2º CAO

GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ

DIRETOR DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

ALFREDO GASPARETTO MENDONÇA NETO

CHEFE DE GABINETE

ALMIR JOSÉ CRESCÊNCIO

DIRETOR GERAL

CARLOS EDUARDO ÁVILA CABRAL

DIRETOR DE APOIO ADMINISTRATIVO

IVAN DE HOLANDA MONTENEGRO

DIRETORA DE PROGRAMAÇÃO E ORÇAMENTO

JAMILLE MENDONÇA SETTON MASCARENHAS

DIRETOR DE CONTABILIDADE E FINANÇAS

ARTUR TAVARES DE CARVALHO BARROS

DIRETORA DE PESSOAL

DILMA ALVES DE QUEIROZ

DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

MARCEL DE CASTRO VASCONCELOS

CONSULTORA JURÍDICO-ADMINISTRATIVA

ELENISE DAUDT TENÓRIO DE SOUZA

DIRETORA DE COMUNICAÇÃO

JANAINA RIBEIRO SOARES

DIRETOR DA CONTROLADORIA INTERNA

MARCUS ROBSON NASCIMENTO COSTA

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, DR. SÉRGIO JUCÁ, DESPACHOU, NO DIA 28 DE SETEMBRO DO CORRENTE ANO, OS SEGUINTE PROCESSOS:

Proc: 4445/2012.

Interessado: Dr. Coaracy José Oliveira da Fonseca, Promotor de Justiça.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Oficie-se à 17ª Promotoria de Justiça da Capital indagando se concluiu a restauração de autos mencionada no expediente de fls. 41/43.

Proc: 2964/2015.

Interessado: 2ª Promotoria de Justiça de Rio Largo.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Em face do parecer técnico do Departamento de Auditoria, juntado às fls. 4/9, remetam-se os autos ao órgão de execução interessado, obedecidas as cautelas de estilo.

Proc: 3723/2015.

Interessado: Gecoc.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica, determinando a remessa dos autos ao Desembargador José Carlos Malta Marques, relator do Inquérito Policial 0500346-38.2015.8.02.0000, para os fins de direito.

Proc: 567/2016.

Interessado: Delegacia Geral da Polícia Civil.

Assunto: Encaminhamento de informações.

Despacho: Permaneçam os autos sobrestados, neste gabinete, aguardando a conclusão do inquérito policial requisitado.

Proc: 3400/2016.

Interessado: Tribunal de Contas do Estado de Alagoas/Gabinete do Conselheiro Anselmo Roberto de Almeida Brito.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Remeta-se ao interessado cópia do expediente de fl. 17.

Proc: 3569/2016.

Interessado: Rafael Cavalcanti Barreto, Analista do Ministério Público.

Assunto: Emissão de nota de empenho.

Despacho: Acolho o parecer da Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: "Administrativo. Licitações e Contratos. Compras. Pedido de autorização para a contratação de serviços gráficos referente ao item 42 da Ata de Registro de Preços nº 24/2016 e dos itens 40 e 41 da Ata de Registro de Preços nº 26/2016, advindo do Pregão Eletrônico nº 6/PJ/2016 para atender à demanda do Ministério Público de Alagoas. Contratação a ser realizada através do Sistema de Registro de Preços-SPR. Pelo deferimento, sugerindo ulterior emissão dos empenhos, bem como que o procedimento evolua às Diretorias de Programação e Orçamento e Contabilidade e Finanças para as providências cabíveis". À DG para as medidas cabíveis.

Proc: 3785/2016.

Interessado: Têogenes Cardoso Tenório Lisboa, Assessor de Apoio Operacional.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Acolho o parecer da douta Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: "Previdenciário. Base de cálculo para a incidência da contribuição previdenciária. Cessão de Servidor. Pedido de providências para não retenção de contribuição previdenciária incidente sobre o exercício do cargo em comissão. Comprovação

de recolhimento de contribuição previdenciária no órgão de origem incidente sobre o valor do cargo efetivo. Inteligência do art. 33, inciso X, da Lei nº 7.751, de 9 de novembro de 2015 e art. 4º, § 1º, inciso VIII da Lei nº 10.887/2004 na redação dada pela Lei nº 12.628/2012. Exclusão da incidência da contribuição na parcela recebida de decorrência do exercício de cargo em comissão ou função gratificada. Pelo deferimento". À DP para as medidas cabíveis.

Proc: 3796/2016.

Interessado: Seção de Licitações desta Procuradoria Geral de Justiça.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Vão os autos à DG para os fins de direito.

Proc: 3812/2016.

Interessado: Diretoria de Tecnologia da Informação.

Assunto: Autorização para aquisição.

Despacho: Acolho o parecer da Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: "Administrativo. Licitações e Contratos. Compras. Pedido de Empenho para aquisição de Certificado Digital, constante na Ata de Registro de Preços nº 27/PGJ/2016, do Pregão Eletrônico nº 7/PGJ/2016, para atender às necessidades da Procuradoria Geral de Justiça. Contratação a ser realizada através do Sistema de Registro de Preços - SPR. Pelo deferimento, sugerindo ulterior emissão do empenho, bem como que o procedimento evolua às Diretorias de Programação e Orçamento e Contabilidade e Finanças para as providências cabíveis". À DG para as medidas cabíveis.

Proc: 3826/2016.

Interessado: Seção de Licitações desta Procuradoria Geral de Justiça.

Assunto: Encaminhamento de documentos.

Despacho: Nego provimento ao recurso interposto, adotando a fundamentação do parecer da douta Consultoria Jurídica, com a seguinte ementa: "Administrativo-Licitação-Fase externa. Julgamento do pregoeiro. Recurso Administrativo. Pregão Eletrônico Nº 10/2016. Informática Empresarial Ltda. Pedido de inabilitação da empresa vencedora dos itens 14, 15 e 16 da licitação, por descumprimento de exigências do edital, quanto a apresentação de proposta em desacordo com as especificações do termo de referência, quanto a garantia e suporte das licenças e do item 2, subitem 2.2.2, pelo fato de aplicação de penalidade de suspensão de contratar pelo Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região. Apresentada as contrarrazões por parte da empresa Eco-Comunicações Eletrônicas Ltda. Recurso conhecido, para no mérito negar-lhe provimento. Proposta em consonância com as especificações do termo de referência e a suspensão de contratação estar restrito em todos os poderes da esfera do órgão sancionador, não aplicando-se ao presente caso a declaração de inidoneidade ou impedimento de contratação junto ao Ministério Público do Estado de Alagoas, previsto no item 2.2.2 do edital. Pela adjudicação dos itens 14, 15, e 16 à empresa Eco-Comunicações Eletrônicas Ltda. Encaminhe-se ao pregoeiro e equipe de apoio para dar ciência aos licitantes, na forma da legislação vigente". Intime-se. À DG para as ulteriores medidas cabíveis.

Proc: 3937/2016.

Interessado: Sindicato dos Trabalhadores em Seguridade Social (Saúde, Previdência, Assistência Social) e Trabalho no Estado de Alagoas - SINDPREV.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Remeta-se cópia dos autos à 4ª Promotoria de Justiça da Capital para informar sobre o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta juntado às fls. 3/10.

Proc: 3944/2016.

Interessado: Procuradoria da República no Estado de Alagoas.

Assunto: Encaminhamento de documentos (NF nº 1.11.000.000491/2016-25).

Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica, determinando a remessa dos autos à Coordenação das Promotorias de Justiça Criminais Residuais da Capital, obedecidas as cautelas de estilo.

Proc: 3948/2016.

Interessado: 2ª Promotoria de Justiça de Porto Calvo.

Assunto: Encaminhamento de informações.

Despacho: Junte-se ao Proc. 3635/2016.

Proc: 4000/2016.

Interessado: Dr. Saulo Ventura de Holanda, Promotor de Justiça.

Assunto: Requerimento de diárias.

Despacho: Defere-se à vista da informação da DCF anexa. Lavre-se a portaria respectiva. Em seguida, arquite-se.

Proc: 4034/2016.

Interessado: Thiago Farias de Andrade Assis, Analista do Ministério Público.

Assunto: Requerimento de licença médica.

Despacho: Defiro, acolhendo o parecer da douta Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: "Administrativo. Servidor Público. Licença para tratamento de saúde. Apresentação de atestado médico. Ausência de legislação no âmbito Estadual e aplicação extensiva do art. 202 da Lei nº 8.112/90. Período de licença inferior a 30 (trinta) dias. Orientação emitida pelo Estado de Alagoas através de sua Secretaria de Estado da Gestão Pública no sentido de que só serão realizadas perícias médicas nos servidores que solicitarem mais de 30 (trinta) dias de licença para tratamento de saúde. Pelo deferimento, sugerindo a remessa dos autos à Diretoria de Pessoal para as providências cabíveis".

Proc: 4064/2016.

Interessado: Dra. Lavinia Silveira de Mendonça Fragozo, Promotora de Justiça.

Assunto: Requerimento de férias.

Despacho: Defiro o pedido. À DP para as providências cabíveis. Em seguida, arquite-se.

Proc: 4079/2016.

Interessado: Secretaria de Estado de Ressocialização e Inclusão Social.

Assunto: Encaminhamento de convite.

Despacho: Em face de ser o órgão de execução dotado de atribuição, remetam-se os autos à 51ª Promotoria de Justiça da Capital, obedecidas as cautelas de estilo. Cientifique-se o interessado.

Proc: 4131/2016.

Interessado: 2ª Promotoria de Justiça de Rio Largo.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Oficie-se como requerido.

Proc: 4165/2016.

Interessado: Escola Superior de Guerra/Ministério da Defesa.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À Assessoria Especial da Procuradoria Geral de Justiça.

Proc: 4169/2016.

Interessado: 5ª Promotoria de Justiça da Capital.

Assunto: Requerimento de publicação no Diário Oficial.

Despacho: À Diretoria de Comunicação para divulgar.

Denúncia Anônima nº 27/2016.

Interessado: Anônimo.

Assunto: Denúncia.

Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica, determinando, preliminarmente, a remessa de traslado à Corregedoria Geral da Justiça, obedecidas as cautelas de estilo.

Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, em Maceió, 28 de setembro de 2016.

Carlos Henrique Cavalcanti Lima
Analista do Ministério Público

Protocolo 275180

PORTARIA Nº 826, DE 28 DE SETEMBRO DE 2016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Proc. 4000/2016, RESOLVE conceder em favor do Dr. SAULO VENTURA DE HOLANDA, 9º Promotor de Justiça de Arapiraca, de 3ª entrância, portador do CPF nº 630.155.104-44, matrícula nº 69079, 5 (cinco) meias diárias, no valor unitário de R\$ 249,31 (duzentos e quarenta e nove reais e trinta e um centavos), perfazendo um total de R\$ 1.246,55 (mil duzentos e quarenta e seis reais e cinquenta e cinco centavos), em face do seu deslocamento à cidade de Feira Grande, nos dias 3, 9, 17, 24 e 31 de agosto do corrente ano, para desempenhar suas funções institucionais na Promotoria de Justiça de Feira Grande, em razão da designação contida na Portaria PGJ nº 517, de 2 de junho de 2014, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária inclusa no Programa de Trabalho 03.122.0003.2107.0000 - Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339014 - Diária, pessoal civil. Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ
Procurador-Geral de Justiça

Protocolo 275178

>>>>>>>> PROTOCOLO GERAL <<<<<<<<<<

AO(S) '28' DIA(S) DO MÊS DE SETEMBRO O FUNCIONÁRIO COMPETENTE DO SETOR DE PROTOCOLO, ENCAMINHOU ATÉ AS 13:30, OS SEGUINTE PROCESSOS ABAIXO RELACIONADOS:

Proc. 4204/2016

Interessado:

ESMP - ESCOLA SUPERIOR DO MINISTERIO PUBLICO DE ALAGOAS

Natureza:

REQ. CONTRATAÇÃO

Assunto:

MATERIAL GRAFICO

Remetido para:

GESTOR DO CONTRATO

Proc. 4203/2016

Interessado:

4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

Natureza:

REQUERENDO ARQUIVAMENTO

Assunto:

PROCESSO SAJ MP Nº 06.2016.00000181-7

Remetido para:

CONSELHO SUPERIOR

Proc. 4207/2016

Interessado:

DR. ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO, PROMOTOR DE JUSTIÇA

Natureza:

REQUERENDO CERTIDÃO

Assunto:

COMUNICA E SOLICITA PROVIDENCIA

Remetido para:

GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

Proc. 4208/2016

Interessado:

DR. ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO, PROMOTOR DE JUSTIÇA

Natureza:

COMUNICAÇÃO DE FERIAS

Assunto:

COMUNICAÇÃO

Remetido para:

GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

Proc. 4206/2016

Interessado:

10ª PROCURADORIA DE JUSTIÇA CÍVEL

Natureza:

REQUERENDO RETIFICAÇÃO

Assunto:

REQUERENDO PROVIDÊNCIAS

Remetido para:

GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

Proc. 4205/2016

Interessado:

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PARIPUEIRA

Natureza:

COMUNICANDO AO PROCURADOR GERAL

Assunto:

COMUNICAÇÃO

Remetido para:

GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

Proc. 4209/2016

Interessado:

RODRIGO TORRES KUMMER, FUNCIONÁRIO DESTA PGJ

Natureza:

REQUERENDO FERIAS SUSPENSAS

Assunto:

REQUERENDO FERIAS SUSPENSAS

Remetido para:

DIRETORIA DE PESSOAL

Proc. 4210/2016

Interessado:

DR. JOSE ANTONIO MALTA MARQUES, PROMOTOR DE JUSTIÇA

Natureza:

DIARIAS

Assunto:

DIARIAS

Remetido para:

GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

Proc. 4212/2016

Interessado:

VICTOR MARINHO DE MELO MAGALHÃES

Natureza:

REQUERENDO ANOTAÇÃO NOS ASSENTAMENTOS FUNCIONAIS

Assunto:

REQUERENDO ANOTAÇÃO NOS ASSENTAMENTOS FUNCIONAIS

Remetido para:

GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

Proc. 4213/2016

Interessado:

4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

Natureza:

INFORMANDO AO PROCURADOR-GERAL

Assunto:

INFORMANDO AO PROCURADOR-GERAL

Remetido para:

GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

Proc. 4211/2016

Interessado:

NUCLEO DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

Natureza:

ENCAM. COPIA DO RELATORIO

Assunto:

NÚMERO: PGJ/AL-4213/2016 INTERESSADOS: 4ª PROMOTORIA DE

JUSTIÇA DA CAPITAL DATA DE CADASTRO: 28/09/2016 NATUREZA:

INFORMANDO AO PROCURADOR-GERAL ASSUNTO: INFORMANDO AO

PROCURADOR-GERAL

Remetido para:

CONSELHO SUPERIOR

Proc. 4218/2016

Interessado:

SINDPREV-AL, SINDICATO DOS TRABALHADORES EM SEGURIDADE

SOCIAL(SAUDE, TRABALHO, PREVIDENCIA, SEGURO E ASSISTENCIA

SOCIAL) NO ESTADO DE ALAGOAS

Natureza:

SOLICITANDO AUDIENCIA

Assunto:

SOLICITANDO AUDIÊNCIA

Remetido para:

GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

Proc. 4222/2016

Interessado:

DRA. MARIA MARLUCE CALDAS BEZERRA, PROMOTORA DE JUSTIÇA

Natureza:

AFASTAMENTO DE ATIVIDADE FUNCIONAL

Assunto:

AFASTAMENTO DE ATIVIDADE FUNCIONAL

Remetido para:

GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

Proc. 4170/2016

Interessado:

DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Natureza:

REQUERENDO AR CONDICIONADO

Assunto:

REQUERENDO PROVIDENCIAS

Remetido para:

DIRETORIA GERAL

#####

Proc. 3991/2016

Interessado:

18ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL - FAZENDA PÚBLICA
ESTADUAL

Natureza:

REQ. PROVIDÊNCIAS

Assunto:

REQ. CONSERTO NO APARELHO DE AR CONDICIONADO

Remetido para:

DIRETORIA GERAL

#####

RANULFO PAES ARAUJO

ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO - ÁREA DE GESTÃO PÚBLICA

Protocolo 275182

PORTARIA DG N° 60/2016

O Diretor-Geral da Procuradoria Geral de Justiça, no uso de suas atribuições legais e mediante delegação através da Portaria PGJ n° 939, de 29 de setembro de 2015, resolve designar o servidor MÁRIO CÉSAR DE ALBUQUERQUE PESSOA, matrícula n° 825380-3, como gestor da Ata de Registro de Preço n° 32/2016, firmado entre o Ministério Público do Estado de Alagoas e a empresa BETA SOLUTION COMÉRCIO DE ELETRO ELETRÔNICA LTDA-ME (CNPJ n° 11.028.345/0001-70).

Maceió, 28 de setembro de 2016.

CARLOS EDUARDO ÁVILA CABRAL
Diretor-Geral

PORTARIA DG N° 61/2016

O Diretor-Geral da Procuradoria Geral de Justiça, no uso de suas atribuições legais e mediante delegação através da Portaria PGJ n° 939, de 29 de setembro de 2015, resolve designar o servidor MÁRIO CÉSAR DE ALBUQUERQUE PESSOA, matrícula n° 825380-3, como gestor da Ata de Registro de Preço n° 31/2016, firmado entre o Ministério Público do Estado de Alagoas e a empresa MENDONÇA E SOARES LTDA - ME (CNPJ n° 24.598.265/0001-00).

Maceió, 28 de setembro de 2016.

CARLOS EDUARDO ÁVILA CABRAL
Diretor-Geral

PORTARIA DG N° 62/2016

O Diretor-Geral da Procuradoria Geral de Justiça, no uso de suas atribuições legais e mediante delegação através da Portaria PGJ n° 939, de 29 de setembro de 2015, resolve designar o servidor MÁRIO CÉSAR DE ALBUQUERQUE PESSOA, matrícula n° 825380-3, como gestor da Ata de Registro de Preço n° 30/2016, firmado entre o Ministério Público do Estado de Alagoas e a empresa HIPERPAPELARIA LIVRARIA E PAPELARIA EIRELI - EPP (CNPJ n° 20.811.098/0001-74).

Maceió, 28 de setembro de 2016.

CARLOS EDUARDO ÁVILA CABRAL
Diretor-Geral

PORTARIA DG N° 63/2016

O Diretor-Geral da Procuradoria Geral de Justiça, no uso de suas atribuições legais e mediante delegação através da Portaria PGJ n° 939, de 29 de setembro de 2015, resolve designar o servidor MÁRIO CÉSAR DE ALBUQUERQUE PESSOA, matrícula n° 825380-3, como gestor da Ata de Registro de Preço n° 29/2016, firmado entre o Ministério Público do Estado de Alagoas e a empresa MONSARAS DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO LTDA-ME (CNPJ n° 23.417.238/0001-12).

Maceió, 28 de setembro de 2016.

CARLOS EDUARDO ÁVILA CABRAL
Diretor-Geral

Protocolo 275143

Colégio de Procuradores de Justiça

PAUTA DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA
7ª REUNIÃO ORDINÁRIA – 30/9/2016

Convido os Senhores Procuradores de Justiça para a 7ª Reunião Ordinária do Colégio de Procuradores de Justiça, a se realizar na Sala de Reuniões dos Órgãos Colegiados do MPE/AL, localizada no 4º andar do edifício-sede, na data de 30 de setembro de 2016, sexta-feira, às 10h, a fim de que o Colégio aprecie:

Ata da 6ª Reunião Ordinária do CPJ em 2016.

Referendo da Resolução CPJ n. 4, de 23 de setembro de 2016, que regulamenta a eleição para o cargo de Procurador-Geral de Justiça.

Referendo da Resolução CPJ n. 5, de 23 de setembro de 2016, que regulamenta a eleição dos membros do Conselho Superior do Ministério Público.

Indicação da Comissão Eleitoral para a eleição de Procurador-Geral de Justiça.

Indicação da Comissão Eleitoral para a eleição dos membros do Conselho Superior do Ministério Público.

Proc. PGJ/AL n. 3249/2016. Assunto: informa as providências tomadas pela 66ª Promotoria de Justiça da Capital acerca de arrastões e ocupações irregulares na orla marítima de Maceió. Interessado: Promotor de Justiça Antônio Jorge Sodré Valentim de Souza.

Proc. PGJ/AL n. 4012/2016. Assunto: solicita criação de Promotoria de Justiça Especializada para o trato do direito fundamental à educação, inclusive defesa judicial do respectivo patrimônio e apoio ao trabalho das Promotorias de Justiça nessa área. Interessada: Promotora de Justiça Maria Cecília Pontes Caruaíba.

Outras matérias eventualmente inseridas na pauta pelos Excelentíssimos Senhores Procuradores de Justiça.

Gabinete do PGJ/MPE/AL, em Maceió, 26 de setembro de 2016.

Sérgio Jucá

Presidente do Colégio de Procuradores de Justiça

Promotorias de Justiça

ESTADO DE ALAGOAS
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PARIPUEIRA

PORTARIA 007/2016

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, por intermédio da Promotora de Justiça titular da Promotoria de Justiça de Paripueira/AL, tendo por termo Barra de Santo Antônio/AL, adiante firmada, nos termos do artigo 129, incisos II e VI, da Constituição Federal, combinado com o disposto no artigo 5º da Lei Complementar Estadual n° 15/96 e da Lei Federal n° 8.625/93, aplicando-se, subsidiariamente, o disposto no artigo 6º, inciso XX, da Lei Complementar Nacional n° 75/93, que autoriza o Ministério Público a “expedir recomendações, visando a melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como o respeito aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover, fixando prazo para a adoção das providências cabíveis”;

CONSIDERANDO o contido no artigo 127 da Constituição Federal Brasileira, que atribui ao Ministério Público o caráter de instituição permanente, essencial a função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO que são funções institucionais do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, bem como promover o inquérito civil e ação civil pública para proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, II e III, da CF/88, regulamentado pelo art. 6º, VII, LC 75/93, e art. 8º, parágrafo primeiro, c/c art. 21 da Lei 7347/85, c/c art. 90 da Lei 8.078/90);

CONSIDERANDO que aportou nesta Promotoria de Justiça representação na qual se narra pagamentos efetuados pelo Município da Barra de Santo Antônio em favor de empresas privadas, possivelmente sem a respectiva contraprestação.

CONSIDERANDO que o fato, em tese, pode se consubstanciar em atos de improbidade administrativa, consistentes em dano ao erário, enriquecimento ilícito e violação aos princípios administrativos (arts. 9º, 10 e 11 da Lei nº 8.429/91).

RESOLVE:

a) Instaurar PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO de inquérito civil, conforme art. 2º, parágrafo 4º, da Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007, que determina que deverá ser instaurado procedimento preparatório quando houver necessidade de apurar e complementar as informações apresentadas antes de instaurar o inquérito civil público;

b) Determinar as seguintes providências:

- 1 - Autuação e registro da presente Portaria no Livro de Registro competente;
- 2 - Comunicação da instauração do presente procedimento, através de ofício, ao Exmo. Sr. Presidente do Conselho Superior do Ministério Público, ao teor do art. 1º, § 2º, da Resolução nº 01/96, da PGJ.

3 - Requisitar da Empresa Licitar Assessorias e Serviços - A L Júnior o instrumento contratual que comprove o vínculo mantido com o município da Barra de Santo Antônio/AL;

4- Requisição de outras diligências que se fizerem necessárias.

5 - Juntada aos autos das peças de informação;

6 - realização de demais diligências que se fizerem necessárias.

Por fim, solicite-se ao Procurador-Geral de Justiça a publicação da presente portaria no Diário Oficial do Estado;

Paripueira/AL, 27 de setembro de 2016.

LÍDIA MALTA PRATA LIMA
Promotora de Justiça

Protocolo 275179

JUNTOS CONTRA A DENGUE



EVITAR O ACÚMULO DE ÁGUA



**IMPRENSA
OFICIAL**
GRACILIANO RAMOS

Secretaria de Estado
do Planejamento,
Gestão e Patrimônio

GOVERNO DO ESTADO
ALAGOAS
TRABALHANDO SÉRIO A GENTE CHEGA LÁ